

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	5

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições Não Contábeis	7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	10
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	11
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	12
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	13
3.7 - Nível de Endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras Informações Relevantes	16

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	17
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	23
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	24
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	32
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	34
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	35
4.7 - Outras Contingências Relevantes	36
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	37

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	38
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	39
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	41
5.4 - Programa de Integridade	43
5.5 - Alterações significativas	44
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	45

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	46
6.3 - Breve Histórico	47
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	48
6.6 - Outras Informações Relevantes	49

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	50
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	51
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	52
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	54
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	57
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	58
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	60
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	61
7.8 - Políticas Socioambientais	62
7.9 - Outras Informações Relevantes	63

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	64
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	65
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	66

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	67
---	----

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	68
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	69
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	70
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	75
9.2 - Outras Informações Relevantes	76

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	77
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	81
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	83
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	84
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	87
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	95
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	96
10.8 - Plano de Negócios	97
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	98

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	99
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	100

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	101
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	106
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	109
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	110
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	111
12.7/8 - Composição Dos Comitês	113

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	114
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	115
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	116
12.12 - Outras informações relevantes	117

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	118
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	119
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	123
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	124
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	125
13.6 - Opções em Aberto	126
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	127
13.8 - Precificação Das Ações/opções	128
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	129
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	130
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	131
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	132
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	133
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	134
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	135
13.16 - Outras Informações Relevantes	136

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	137
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	138
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	139

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	140
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	141

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária	142
15.3 - Distribuição de Capital	146
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	147
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	148
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	149
15.7 - Principais Operações Societárias	150
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	151

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	152
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	153
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	154
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	155

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social	156
17.2 - Aumentos do Capital Social	157
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	158
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	159
17.5 - Outras Informações Relevantes	160

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações	161
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	162
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	163

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	164
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	165
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	166
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	167
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	168
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	169
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	170
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	171
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	172
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	173

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	174
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	175
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	176

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	177
20.2 - Outras Informações Relevantes	178

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	179
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	181
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	182
21.4 - Outras Informações Relevantes	183

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Samuel Heydt

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

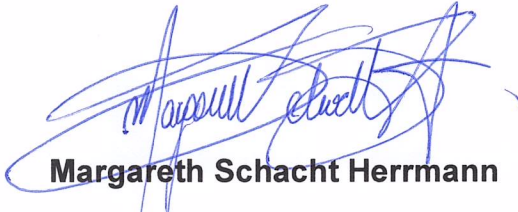
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Margareth Schacht Herrmann

Cargo do responsável

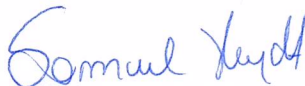
Diretor Presidente

Eu, **Margareth Schacht Herrmann**, na qualidade de Diretora Presidente da Minupar Participações S.A., declara que reviu as informações que foram atualizadas no formulário de referência da Companhia, após a data da sua posse, e estas atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.



Margareth Schacht Herrmann
Diretora Presidente

Eu, **Samuel Heydt**, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Minupar Participações S.A., declaro que reviu o Formulário de Referência da Companhia; que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Samuel Heydt

Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1236-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	21.601.212/0001-02
Data Início	26/04/2018
Descrição do serviço contratado	Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2019, 30 de junho de 2019, 30 de setembro de 2019 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2019.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Remuneração anual dos auditores - R\$ 93.600,00, referente a honorários para os serviços de revisão especial às informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2019, 30 de junho de 2019, 30 de setembro de 2019 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2019.
Justificativa da substituição	Não se aplica.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Sergio Laurimar Fioravanti	26/04/2018	363.631.380-00	Avenida Borges de Medeiros, nº 2.500, Sala 1.105, Praia de Belas, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90110-150, Telefone (51) 21251400, e-mail: sergio.fioravanti@btrs.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	359.992.000,00	292.963.000,00	267.600.000,00
Ativo Total	183.905.000,00	171.925.000,00	208.152.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	199.562.000,00	190.423.000,00	196.298.000,00
Resultado Bruto	44.745.000,00	35.800.000,00	36.907.000,00
Resultado Líquido	67.027.000,00	25.363.000,00	13.330.000,00
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	-50,703100	-41,262400	-37,689600
Resultado Básico por Ação	-9,440400	-3,572300	-1,877800
Resultado Diluído por Ação	-9,44	-3,57	-1,88

3.2 - Medições Não Contábeis

Medições não contábeis

a) Informar o valor das medições não contábeis.

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) e EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado, este último acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso ou desembolso de caixa, tais medidas são utilizadas pela Companhia como forma de mensurar seu desempenho, estas medidas são elaboradas em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com as suas demonstrações contábeis.

O EBIT pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto que o EBITDA pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações, já o EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado é acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso ou desembolso de caixa.

A Administração da Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são medidas práticas para mensurar o seu desempenho operacional e permitir uma comparação efetiva dos reflexos de diferentes períodos, como medida de valor.

Seguem abaixo os valores de EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

(Montantes expressos em R\$ mil)

Medições não contábeis	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
EBIT	(54.421)	(8.544)	9.947
EBITDA	(48.405)	(2.208)	17.218
EBITDA ajustado	24.339	12.906	22.301

3.2 - Medições Não Contábeis

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

O quadro a seguir apresenta a conciliação entre o resultado líquido divulgado nas demonstrações financeiras auditadas com o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado, relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Cálculo do EBITDA ajustado - Em R\$ mil	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo líquido	(67.027)	(25.363)	(13.332)
(+ / -) Impostos correntes / (Impostos diferidos)	-	(837)	-
(+) Juros e atualizações monetárias	12.606	17.656	23.279
EBIT	(54.421)	(8.544)	9.947
(+) Depreciações e amortizações	6.016	6.336	7.271
EBITDA	(48.405)	(2.208)	17.218
(+ / -) Provisões / (Reversões) ¹	9.012	5.963	5.083
(+ / -) Despesas / (Receitas) não recorrentes ²	63.732	9.151	-
EBITDA ajustado	24.339	12.906	22.301

(1) Refere-se a provisões e ou reversões de contingências ou perda na avaliação de ativos, seja recebível ou ativos operacionais.

(2) Refere-se a despesas ou receitas não recorrentes registradas no exercício.

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

A Companhia utiliza o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado como indicadores não contábeis, pois acredita serem medidas práticas para medir seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, itens não recorrentes e outros impactos sem reflexo direto em seu fluxo de caixa.

A Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado são informações adicionais às suas demonstrações contábeis, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não devem ser utilizadas como base de distribuição de dividendos ou como

3.2 - Medições Não Contábeis

substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, como indicadores de desempenho operacional, tampouco como indicadores de liquidez.

O EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados ou revisados.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada a participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado a efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório.

O lucro líquido terá a seguinte destinação: 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social; do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei 6404/76, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório e o saldo, se for o caso, que não for apropriado a Reserva de Investimento de Capital, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembléia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório. Terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

A Assembléia Geral, quando entender suficiente o valor da dita Reserva Estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.

Importante: Nos três últimos exercícios, em virtude dos prejuízos não houve distribuição de dividendos nem retenções para formação de Reservas.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado	0,00	0,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Nos três últimos exercícios sociais não houve distribuição de dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	543.897.000,00	Índice de Endividamento	2,96000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		229.000,00	468.000,00	0,00	0,00	697.000,00
Total			229.000,00	468.000,00	0,00	0,00	697.000,00
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

a) Ao emissor

O emissor e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas e podem obter resultados desfavoráveis em alguns desses processos. O emissor e suas controladas estão tomando medidas com vistas a regularizar ou suspender a exigibilidade de certos débitos tributários, e evitar o ajuizamento e/ou prosseguimento de execuções fiscais contra ela e a exigibilidade de prestação de garantias no âmbito de tais execuções, sendo que, caso o emissor ou suas controladas não logrem êxito nessas medidas, é possível que tenham que efetuar desembolsos ou prestar garantias em juízo.

O emissor e suas controladas praticam uma consistente política de seguros, por meio da qual são contratadas diversas apólices de seguro junto a seguradoras brasileiras, idôneas, líderes em seus mercados de atuação, com cobertura para seu patrimônio contra potenciais riscos existentes. Nesse sentido, o emissor e suas controladas possuem apólices de seguro contratadas, com cobertura para danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, frota de veículos, lucros cessantes, entre outros.

É política do emissor, assegurar a contratação de seguros afim de resguardar seu patrimônio.

b) A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O acionista controlador da Companhia, tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcelamentos, parcerias e época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcelamentos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos demais investidores da Companhia e causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

c) A seus acionistas

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

O emissor pode necessitar de recursos adicionais e poderá optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de títulos de dívida ou de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, principalmente na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis. Se os acionistas assim decidirem, os recursos adicionais a serem obtidos por meio de aumento do capital social da Companhia, poderá resultar na diluição da participação do investidor nas ações da Companhia.

d) A suas controladas e coligadas

As controladas e coligadas da Companhia estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

Contrato de prestação de serviço

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos possui como sua principal atividade o contrato para prestação de serviços relacionados a produção de matrizes, produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial, este “contrato de prestação de serviço” está sujeito a risco de eventuais rompimentos ou não renovação.

Variação no custo dos insumos e gastos gerais de produção

Dentre os componentes para formação dos custos de produção ou custos para prestação de serviços, estão sujeitos a oscilações de preços os custos dos insumos, custos de energia elétrica, custos de manutenção e gastos com reposição, reclamatório e benefícios a empregados.

Risco cambial e oscilação de preço

Como parte das operações da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, há uma parcela das vendas que são destinadas à exportação, estas estão sujeitas a oscilação da taxa de câmbio praticada no momento da venda, sendo sempre vinculada ao Dólar americano, e sobre a parcela das vendas destinadas ao mercado interno há o risco relacionado a variável “preço de venda”, pois no mercado de atuação existe forte concorrência e isso faz com que os preços se ajustem para o produto ser competitivo com outros grandes “players” concorrentes.

Riscos ambientais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia está sujeita a leis abrangentes, regulamentos, autorizações e licenciamentos federais, estaduais e municipais, relativos à interferência em áreas protegidas, ao tratamento e eliminação de resíduos, descargas de poluentes no ar, água e solo, emissões atmosféricas e barulho, entre outros, os quais afetam os seus negócios

Novas exigências ambientais, interpretações mais rigorosas dos requisitos ambientais existentes, podem ter um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia, sua condição financeira, seus resultados de operações e seus fluxos de caixa.

Exigências fiscais governamentais

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui risco de exigências quanto a cobranças de dívidas fiscais e descumprimento de acordos já solicitados à Receita Federal do Brasil através de pedidos de parcelamentos, estes riscos caso ocorram podem acarretar na perda de benefícios já concedidos através redução de multa, juros e encargos legais, assim como compensação de débitos com prejuízos fiscais.

e) A seus fornecedores

O preço das matérias-primas e embalagens utilizadas pela controlada Companhia Minuano de Alimentos é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso para os negócios e resultados do emissor.

f) A seus clientes

A controlada Companhia Minuano de Alimentos está sujeita a reclamações de consumidores e a reposição de produtos, o que pode afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto relevante em seus custos, negócios e resultados, acarretando um efeito adverso para a companhia.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos produz e vende alimentos para consumo humano, o que envolve riscos, tais como contaminação e perecimento. Caso a Companhia venha a ser responsabilizada em algum processo de responsabilidade civil relacionado aos seus produtos ou venha a realizar alguma *reposição* de seus produtos, isto poderia impactar negativamente sua lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos seus consumidores acarretando, inclusive, custos relevantes de *reposição*, explicações na mídia e com advogados, bem como possíveis pagamentos de indenizações.

Mesmo que não sejam responsabilizadas em uma ação judicial, a publicidade negativa que poderia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

vir a ser gerada em relação aos seus produtos e à sua qualidade poderia afetar adversamente sua reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como sua imagem corporativa e de suas marcas, o que acarretaria um efeito adverso para a Companhia, seus negócios e resultados.

g) Aos setores da economia nos quais o emissor atue

O segmento de mercado em que a controlada Companhia Minuano de Alimentos atua é altamente competitivo e enfrenta, há muitos anos, concorrência de outras empresas sólidas, com presença tanto nos mercados regionais e nacional, quanto internacional, o que facilita o acesso às regiões metropolitanas de algumas dessas companhias. A Companhia não tem como garantir que essa dinâmica competitiva não venha a resultar na diminuição do volume de suas vendas e/ou fazer com que tenha que reduzir seus preços, ou, ainda, que não provoque margens de lucro menores.

A maior parte da produção das empresas do setor alimentício é distribuída por meio do mercado varejista. A concentração do mercado varejista em grandes empresas, o que a Companhia acredita ter sido uma tendência mundial e verificada no Brasil, ainda que em menor intensidade, aumenta o poder de barganha dessas empresas, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor, inclusive da Companhia e de suas controladas. Essa redução de preços pode ter um efeito adverso para a Companhia. Ademais, a continuidade do fenômeno de concentração dos setores varejistas pode provocar a diminuição da base de clientes, incluindo a da Companhia, elevando sua dependência aos grandes grupos varejistas muito acima dos patamares que historicamente as mesmas têm mantido, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

h) À regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia está sujeita à regulamentação de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais e à regulamentação de órgãos como, Ministério da Agricultura e Ministério do Trabalho, relativamente ao processo de fabricação de seus produtos, bem como sua higiene, conservação, embalagem, armazenagem, distribuição e transporte.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multa, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Mudanças ou alterações nas atuais leis e regulamentações poderiam acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da regulamentação poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

i) Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Dentre os principais mercados de atuação, podemos citar países localizados no continente Africano, onde a instabilidade financeira pode acarretar a interrupção nas operações comerciais. Além disso, podemos citar os países localizados em zonas onde há instabilidade política gerada por conflitos religiosos que podem gerar restrições quanto a entrega do container no porto/bloqueios do governo quanto a recebimento da mercadoria. Pode-se citar também as questões sanitárias como por exemplo, os surtos de Gripe Aviária verificados em diferentes países, podem impactar nas transações comerciais do mercado externo.

j) À questões socioambientais

As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual e municipal voltadas à preservação ambiental. A inobservância das leis e regulamentos das autoridades ambientais pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multa, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Mudanças ou alterações nas atuais leis e regulamentações ambientais poderiam acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Ainda, eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a sua eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da legislação ambiental

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Neste sentido, a controlada Companhia Minuano está sempre alerta aos impactos ambientais que suas unidades podem causar, realizando constante monitoramento e revitalizações no que se refere ao trato aos resíduos oriundos do processo produtivo.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

O emissor e suas controladas têm como prática de gestão a análise e monitoramento constante dos riscos aos quais estão expostos e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Administração constantemente monitora as mudanças no cenário econômico, político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de *performance*.

Atualmente, o emissor e suas controlada não identificaram cenário de aumento ou redução de sua exposição aos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos recursais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e sociedades controladas.

As contingências avaliadas com risco de perda “provável” são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Abaixo são destacados os processos em que a Companhia ou suas controladas são partes e que são relevantes individualmente.

a) Processos de natureza tributária:

No final do exercício, a Companhia e suas controladas eram parte em 172 ações fiscais (judiciais e administrativas). Tais processos estão vinculados a tributos cuja cobrança está sendo discutida pela Companhia em âmbito administrativo ou judicial, todavia uma considerável parcela refere-se a processos de parcelamentos fiscais (sejam estaduais, sejam federais), dos quais os respectivos saldos encontram-se devidamente registrados no Balanço Patrimonial da empresa, estes contendo atualização de multa e juros quando aplicável (SELIC).

a.1) Processo nº 0064091-31.2014.4.01.340 - Crédito Prêmio de IPI:

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

de ação rescisória. Desta forma, o saldo mantido no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, conseqüentemente, não reconheceu o direito ao crédito à Controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

a.2) Processo nº 0053960-05.2005.8.26.0224 (224.01.2005.053960-0)

Juízo: 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Guarulhos (SP)

Instância: 1º Grau

Partes no Processo: Fazenda do Estado do São Paulo e Frigumz Alimentos S/A. (antiga denominação social da companhia controlada Companhia Minuano de Alimentos)

Valores bens ou direitos envolvidos: R\$ 99.958.033,00

Principais fatos: Execução Fiscal relativa a glosa de Créditos de ICMS, com autuação fiscal mediante arbitramento sobre as operações mercantis efetivadas no Estado de São Paulo, em decorrência da não apresentação, na oportunidade, da documentação fiscal (3ª via das NFs de

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

vendas em São Paulo) que se encontravam na sede da Companhia, na cidade de Jaraguá do Sul (SC)

Chance de Perda: De acordo com a posição dos assessores jurídicos da Companhia a previsão de perda é provável, tendo em vista a existência de determinação de bloqueio judicial por meio do sistema Bacenjud, pois a matéria levantada em sede de Pré-Executividade não tem força para desconstituir o título executivo, conforme decisão anterior do processo administrativo.

Análise do impacto em caso de perda do processo: O impacto será no valor da Execução Fiscal, porém reitera-se que a possibilidade de perda é provável.

b) **Contingências possíveis:**

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível totalizam R\$ 413.434.908,73, distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

c) **Cível:**

Em 31 de Dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas figuram em 94 ações cíveis. A maior parte das ações de natureza cível nas quais a Companhia e suas controladas figuram como Rés envolvem questões rotineiras de seus negócios, tais como pedidos de indenizações por supostas cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida, alegações de descumprimento contratual, indenizações por danos morais e materiais, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas mantinham provisão para eventuais perdas em processos judiciais classificados com probabilidade de perda provável no montante aproximado de R\$ 19.939.662,60, conforme critérios de provisionamento mencionados anteriormente.

Abaixo são destacados os processos em que a Companhia ou suas controladas são partes e que são relevantes individualmente:

c.1) Processo nº 017/1.14.0006010-3

Juízo: 2ª Vara Cível da Comarca de Lajeado / RS.

Instância: 1º Grau

Status processual: Processo concluso.

Partes no Processo: Princess/Comercial de Alimentos Lunar Ltda e Cia Minuano de Alimentos.

Valores envolvidos: R\$ 5.866.701,17

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Principais fatos: O processo se originou de rescisão contratual datada em 03/11/1998 de um representante comercial, o qual requereu: indenização referente ao fundo de comercio, lucros cessantes, perdas e danos e ressarcimento acerca dos produtos não revendidos ou não aceitos em restituição, valores cobrados indevidamente, juros abusivos devolvidos em dobro, valores referente a fretes, devolução dos caminhões entregues e, ainda, o pagamento das rescisões dos contratos de trabalho dos seus empregados.

c.2) Processo nº 018/1.10.0004457-3

Juizo: 1ª Vara Cível da Comarca de Montenegro/RS

Instância: 1º Grau

Status Processual: Aguardando julgamento de Recurso Especial.

Partes no processo: Doux Frangosul e Cia Minuano de Alimentos.

Valores envolvidos: R\$ 3.505.599,26

Principais fatos: Foi realizado empréstimo financeiro pela Doux Frangosul à Companhia Minuano de Alimentos, as quais realizaram o contrato de mútuo, na importância de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), refere-se que foi elaborado contrato comercial de prestação de serviço de abate em 28.09.2010.

c.3) Processo nº 017/1.13.0002978-6

Juizo: 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS

Instância: 1º Grau

Status Processual: Aguardando produção de prova testemunhal.

Partes no processo: Piazzeta, Boeira & Grau – Advocacia Empresarial e Companhia Minuano de Alimentos.

Valores envolvidos: R\$ 16.000.000,00

Principais fatos: O processo se originou da cobrança de honorários através de instrumento particular de contrato para recuperação de Crédito de Prêmio IPI.

c.4) Processo nº 051/1.14.0001737-6

Juízo: Vara Judicial da Comarca de Garibaldi/RS

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Instância: 1º Grau

Status Processual: Instrução – Ação de Cobrança

Partes no processo: Frigorífico Nova Araçá e Minupar Participações S/A

Valores envolvidos: R\$ 4.712.916,57

Principais fatos: (Processo de Cobrança) – processo referente cobrança de valores gastos/pagos durante tratativas referente a possível contrato de parceria entre as partes.

c.5) Processos nº 017/1.17.0086843-9 e 001/1.17.0127878-3

Juízo: 3ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre/RS

Instância: 1º Grau

Status Processual: Fase de instrução. Execução (Título Extrajudicial – Termo de Confissão de Dívida) e Embargos à Execução

Partes no processo: Froemming Advocacia Empresarial e Companhia Minuano de Alimentos

Valores envolvidos: R\$ 1.710.142,45

Principais fatos: Processos oriundos de contrato de prestação de serviços advocatícios (firmado em conjunto com empresa Leader Consultoria e Negócios), e instrumento de confissão de dívida firmado pela Companhia Minuano de Alimentos.

c.6) Processos nº 017/1.08.0003934-0 e 017/1.08.0003999-5

Juízo: 2ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS

Instância: 1º Grau

Status Processual: Fase de cumprimento de sentença.

Partes no processo: Renato Becker e Sheila Becker (sucessores de Leader Consultoria e Negócios Ltda.) e Companhia Minuano de Alimentos

Valores envolvidos: R\$ 2.152.007,51

Principais fatos: Processo de cobrança de honorários decorrentes de contrato de prestação de serviços (firmado em conjunto com empresa Froemming Advocacia Empresarial).

c.7) Processos nº 017/1.09.0001150-2 (017/1.09.0006475-4), 017/1.10.0001486-4

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

(017/1.10.0004395-3) e 017/1.12.0000367-0 (017/1.12.0004875-4)

Juízo: 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS

Instância: 1º Grau

Status Processual: Fase de execução

Partes no processo: Dohler S.A. e Companhia Minuano de Alimentos

Valores envolvidos: R\$ 3.943.059,09

Principais fatos: Processos de Execução e de Embargos à Execução oriundos de Instrumento Particular de Rescisão de Contrato de Cessão de Direitos de Créditos Tributários.

d) Trabalhistas:

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas figuravam como reclamadas em 669 processos judiciais de natureza trabalhista. Referidas ações versam basicamente sobre reconhecimento de hora extra e seus reflexos, nulidade de regime de compensação de jornada, horas *in itinere*, indenização por acidente de trabalho, indenização por danos morais e materiais, reconhecimento do prêmio por assiduidade como verba salarial, dentre outras matérias.

A Companhia e suas controladas mantinham provisão para perdas prováveis em processos judiciais de natureza trabalhista no montante aproximado de R\$ 11.079,657,34, com depósitos recursais de aproximadamente R\$ 1.831.500,96. A Companhia e suas controladas provisionam os valores de perda provável dos valores discutidos desses processos.

As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas provisionados estão abaixo elencadas:

d.1) Horas Extras e Reflexos e Horas in Itinere: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos tendo como objeto o pleito de horas extraordinárias de trabalho e horas *in itinere* (em processos ajuizados antes da edição da Lei nº 13.467/2017, que reformou a legislação trabalhista nesta matéria). Ademais, pairam discussões em relação a validade da desconsideração dos minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho da forma prevista nas normas coletivas. Neste ponto, a controlada indireta Companhia Minuano, gradativamente, alterou a desconsideração dos minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho de seus empregados, de forma a observar o previsto na CLT.

d.2) Nulidade de regime de compensação de jornada: Mediante alegações de prestação de horas

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

extras habituais, realizadas em atividades relacionadas com condições insalubres, é comumente deferido pelo Poder Judiciário pedido de declaração de invalidade do acordo de compensação de jornada previsto no Acordo Coletivo. Com o advento da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que prevê prevalência do Acordo Coletivo sobre o artigo 60 da CLT, aguarda-se por uma gradual mudança de entendimento dos julgadores.

d.3) Acidente de Trabalho ou Doença a este equiparado: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos que têm como objeto o pleito de indenizações por danos ligados a acidentes de trabalho ou doenças a este equiparado sofridos por seus colaboradores, assim considerados todo infortúnio que ocorra com os mesmos quando do exercício de suas atividades. Da mesma forma, o acometimento de doenças ocupacionais, ou seja, com liame causal no exercício das tarefas intrínsecas ao trabalho. A fim de combater e prevenir tais situações a Companhia e suas controladas contam com SESMT ativo e observam todos os programas previstos nas normas regulamentadoras que dispõem sobre ergonomia e segurança do trabalho.

d.4) Indenização por Danos Morais: Alguns dos processos de natureza trabalhista, além dos pedidos ligados ao próprio contrato de trabalho, discutem matérias de ordem moral supostamente causados pela Companhia e suas controladas. Tais pedidos fundamentam-se em ações ou omissões dos prepostos que tenham porventura ferido os bens de ordem moral do requerente, configurando-se o Assédio Moral.

d.5) Domingos e feriados em dobro: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos tendo como objeto a suposta não concessão do descanso semanal remunerado previsto na legislação trabalhista, o que geraria a obrigação do empregador realizar o pagamento do valor correspondente em dobro. Entretanto, em raríssimos casos há condenação, já que a existência de descanso semanal remunerado é devidamente observada pelas informantes.

d.6) Indenização por Danos Materiais: Grande parte dos processos de natureza trabalhista, além dos pedidos ligados ao próprio contrato de trabalho, discutem matérias de ordem material causados pela Companhia, decorrentes dos mais variados tipos de ações ou omissões de seus colaboradores que tenham porventura ferido um bem patrimonial do requerente, diminuindo o valor dele, restringindo sua utilidade, ou mesmo a anulando. Exemplo disso ocorre nos casos que incluem discussão de acidente ou doença do trabalho, que através de laudos médicos é possível quantificar a perda da capacidade laborativa do caso. Isto se dá através de tabela da SUSEPE, amplamente conhecida

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

entre os médicos peritos.

d.7) Troca de Uniforme: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos que têm como objeto o pleito de horas pela troca de uniforme, ou seja, o período existente entre a uniformização e o registro da jornada. Ocorre que em algumas unidades é feita a troca de uniforme antes do registro do ponto de início da jornada, e no fim, a referida troca é realizada após o registro. O Acordo Coletivo de Trabalho prevê o tempo de 8 (oito) minutos diários para tal finalidade, já incluídos na remuneração, acrescidos de 4 minutos diários compensados com 2 dias de folga no ano. Entretanto, como cada funcionário troca de uniforme em tempos diferentes, há condenação frequente da Companhia nas reclamações trabalhistas.

d.8) Reconhecimento do prêmio por assiduidade como verba salarial: Aos funcionários que tiveram 100% de assiduidade a cada período de apuração de 30 dias, e tiverem salário inferior a R\$ 3.926,59, a Companhia Minuano disponibiliza prêmio de R\$110,00 (cento e dez reais), através de cartão-refeição. Em alguns casos, o Poder Judiciário reconheceu tal valor como sendo de caráter salarial, e não indenizatório. No ano de 2018, o Prêmio por Assiduidade passou a constar do Acordo Coletivo de Trabalho, o que possivelmente reduzirá ainda mais o número de condenações.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Existem 5 (cinco) processos judiciais nos quais investidores ou ex-administradores da Companhia figuram em parte contrária da Companhia ou de suas controladas.

4.4.1) Processo nº 017/1.17.0000884-0

Juízo: 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS

Instância: 1º Grau

Partes no Processo: Dimensão Consultoria e Negócios S/S e Companhia Minuano de Alimentos

Valores bens ou direitos envolvidos: R\$ 418.751,79

Principais fatos: Processo de execução de título executivo extrajudicial, lastreado em contrato de prestação de serviço de assessoria e aditivos, no qual se busca a condenação da Executada no valor de R\$ 418.751,79, referente aos trabalhos prestados nos anos de 2012/2013.

4.4.2) Processo 017/1.17.0002159-6

Juízo: 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS

Instância: 1º Grau

Partes no Processo: Dimensão Consultoria e Negócios S/S e Companhia Minuano de Alimentos

Valores bens ou direitos envolvidos: R\$ 418.751,79

Principais fatos: Embargos à execução no processo 017/1.17.0000884-0.

4.4.3) Processo nº 017/1.17.0000100-5

Juízo: 2ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS

Instância: 1º Grau

Partes no Processo: Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger, Companhia Minuano de Alimentos e Minupar Participações S.A.

Valores bens ou direitos envolvidos: R\$ 5.135.868,18

Principais fatos: Processo de execução de título extrajudicial, originário de contrato particular de mútuo oneroso, no valor de R\$ 1.364.850,00, ajuizado em 19/12/2016.

4.4.4) Processo nº 0021399-11.2016.5.04.0771

Juízo: 1ª Vara do Trabalho da Comarca de Lajeado/RS

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Instância: 2º Grau

Partes no Processo: Daniel Heberle, Companhia Minuano de Alimentos, Sulaves S/A, Valepar S/A e Minupar Participações S.A.

Valores bens ou direitos envolvidos: R\$ 530.000,00

Principais fatos: Reclamatória trabalhista em que requeridas diferenças salariais e indenização por danos.

4.4.5) Processo nº 0020183-44.2018.5.04.0771

Juízo: 1ª Vara do Trabalho da Comarca de Lajeado/RS

Instância: 2º Grau

Partes no Processo: Renato Zimmermann, Companhia Minuano de Alimentos, Sulaves S/A, Valepar S/A e Minupar Participações S.A.

Valores bens ou direitos envolvidos: R\$ 506.403,26

Principais fatos: Reclamatória trabalhista em que requeridas diferenças salariais e indenização por danos.

Por final, cumpre referir que não se tem registros de outros processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

O emissor e suas controladas não são parte em nenhum processo sigiloso. Todos os processos relevantes foram descritos nos itens 4.3 e 4.4.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

A Companhia e suas controladas não possuíam processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos de natureza tributária, cível ou trabalhista, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Todas as contingências relevantes da Companhia ou suas controladas estão abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não se aplica ao emissor por se tratar de empresa com sede no Brasil.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A política de gerenciamento de riscos da Companhia está em fase de elaboração, todavia já possui alguns controles para monitoramento e acompanhamento sobre o gerenciamento de riscos, dos quais pode destacar como procedimentos já formalizados e implantados, como:

- Código de ética e conduta;
- Política de doações e brindes;
- Política de contingenciamento;

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos está em fase de implantação do Compliance, com isso algumas políticas estão formalmente descritas e implantadas, as demais foram criadas práticas, procedimentos de controle, análise e acompanhamento para mitigar os riscos.

Risco de crédito

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos possui, como sua principal atividade, o contrato para prestação de serviços relacionados a produção de matrizes, produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos, através do seu complexo agroindustrial, este “contrato de prestação de serviço” está sujeito a risco de eventuais rompimentos ou não renovação.

Outro risco mensurado está diretamente relacionado ao processamento industrial de carne de frango, produtos industrializados de marca própria são destinados as vendas para mercado interno e externo, com intuito de mitigar os riscos de crédito adotamos procedimentos que contemplam análises de crédito, histórico comercial, até a liquidação financeira do mesmo, procedimento envolve departamento comercial, financeiro e Compliance.

Risco Cambial

A receita com vendas de produtos industrializados ao Mercado externo da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos equivalem a 20% do faturamento bruto da empresa. Com intuito de mitigar os riscos cambiais nas operações de vendas do mercado externo, são adotados procedimentos comerciais onde em sua maioria as vendas são realizadas com adiantamento total ou parcial pelo cliente e estas estão sujeitas a oscilação da taxa de cambio praticada no momento da venda, sendo sempre vinculada ao Dólar americano.

Risco de insumos

Nas operações de prestação de serviços de abate, fabricação de ração, incubatório e granjas os insumos são de responsabilidade do contratante, conforme cláusulas contratuais, restando a minuano os insumos para produtos industrializados, e com intuito de mitigar os riscos foram adotados

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

procedimentos de planejamento que envolve as áreas de suprimentos, planejamento, gestão de qualidade, PCP, área comercial e gerência fabril, além dos procedimentos semanalmente são realizadas reuniões com troca de informação de todos envolvidos na operação.

Risco de Juros

Com intuito de mitigar os riscos com taxas de juros do mercado, a empresa adotou procedimentos para estimativas de capital de giro anual, mensal e o mesmo é acompanhado diariamente pela diretoria administrativa da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos e discorre das operações comerciais e prestação de serviços

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia e de suas controladas diretas e indireta. O sistema de controle interno do grupo está direcionado na premissa de garantir, de forma razoável, e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Com base na sua avaliação da Administração, concluiu-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas diretas e indireta, mantinham controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

Os diretores das empresas do grupo possuem apoio permanente dos Departamentos de Controladoria e de Compliance para elaboração e fiscalização dos processos, garantindo a adoção das boas práticas, observação das normas contábeis aplicáveis e de controle interno. A área de Compliance efetua avaliação dos processos relevantes da organização, identificando os pontos de controle e reportando-se diretamente à diretoria.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os resultados de todos os trabalhos do departamento de Compliance são reportados aos Diretores e Gerentes envolvidos. Para todas as deficiências apresentadas é solicitado as áreas a elaboração de um plano de ação, responsável e data de implantação.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Com base nesta revisão, o Auditor Independente apresentou alguns pontos de melhorias de controles e processos, porém não detectou deficiências significativas que pudessem comprometer as demonstrações contábeis do emissor e de suas controladas diretas e indireta.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os comentários dos diretores e medidas corretivas estão informados junto aos pontos indicados no relatório do auditor.

5.4 - Programa de Integridade

A Companhia não possui programa de integridade.

5.5 - Alterações significativas

Não ocorreram alterações significativas.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	14/07/1990
Forma de Constituição do Emissor	Transformação da Sociedade Mercantil por cotas de responsabilidade limitada, Minuano - Exportação e Administração Ltda., na sociedade por ações Minupar Participações S.A.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	21/12/1990

6.3 - Breve Histórico

A Companhia foi constituída como uma sociedade empresária, por cotas de responsabilidade limitada, em 01/08/1984, sob a denominação de *Minuano – Exportação, Participação e Administração Ltda.*, sediada na Av. Senador Alberto Pasqualini 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS), CEP 95913-162, foro e comarca do mesmo nome, tendo por objeto social o comércio de exportação, participação em outras sociedades e prestação de serviços de administração às sociedades controladas.

Em 14/09/1990 a Assembleia Geral Extraordinária deliberou sobre a transformação da sociedade em Companhia, sob a denominação de *Minupar Participações S/A*. Desta forma, a Assembleia Geral Extraordinária de 01/11/1990 deliberou a emissão de debêntures conversíveis em ações, integralmente subscritas pelos acionistas, sendo oportunizado aos acionistas da Companhia Minuano de Alimentos, fundada em 1946, a troca das suas ações de emissão desta por ações de emissão de Minupar Participações S/A.

A transformação da sociedade empresária por cotas em sociedade por ações de capital aberto permitiu o ingresso de novos acionistas aportando recursos para atender as necessidades financeiras necessárias para o seu crescimento.

Atualmente, o Grupo Minupar Participações S/A, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados a base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos, com a marca “*Minu*”, ocorre principalmente nos Estados da região sul do Brasil, sendo também exportados para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Desde a fundação, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

O emissor não teve, desde sua fundação, pedidos de falência e/ou concordata, entretanto sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos (na época denominada Frigumz Alimentos S/A), CNPJ 84.430.800/0001-32, teve deferida o pedido de concordata preventiva no ano de 2003, tendo sido levantado judicialmente no ano de 2014, após cumprida todas obrigações pertinentes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O emissor tem por objeto social principal a participação no capital de outras empresas.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos tem como as suas principais atividades: produção de produtos industrializados a base de carnes, e também atuando na prestação de serviços de produção de matrizes, produção de ovos, produção de pintos de um dia, abate e processamento de carne de frango e produção de rações. A comercialização dos produtos com marca própria “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados no Leste Europeu, Ásia, África, Oceania, América do Sul e América Central.

A Companhia Minuano de Alimentos, ao longo de mais de 70 anos, desenvolveu e consolidou um modelo de distribuição pulverizado para o mercado interno, na Região Sul, através de distribuidoras que atendem ao micro e pequeno varejo, com a opção de efetuar também a venda direta aos de médio porte. Com o objetivo de criar um sólido relacionamento de negócios com as grandes redes mantém, neste segmento, um atendimento personalizado, através de seu Departamento Comercial.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Informações de Sociedade de Economia mista não se aplica a Companhia.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

a.1 Produtos e Marcas

A controlada Companhia Minuano de Alimentos atua no setor de alimentos em unidade de produção de industrializados localizada em Arroio do Meio – RS, com o seu portfólio de produtos composto por: salsichas, mortadelas, presunto, apresuntados, peito de frango defumado, quitute de frango e pele frita.

A controlada atua no mercado interno com a marca “Minu” e no mercado externos com as marcas “Minu”, “Royal”, “Minal” e “Saran” o que permite no caso do mercado externo, atuar no mesmo país importador com mais clientes.

a.2 Serviços de Industrialização

A controlada Companhia Minuano de Alimentos mantém contratos de prestação de serviços para terceiros nas unidades de Lajeado-RS (abatedouro); Arroio do Meio-RS (indústria de rações); Estrela-RS (Incubatório e produção de ovos férteis) e Bom Retiro do Sul-RS (produção matrizes).

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor (em R\$ mil)

Segmento	2018	2017	2016
Industrializados	85.795	73.131	66.447
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	125.474	127.140	142.635
Total	211.269	200.271	209.082

Descrição	2018	2017	2016
Receita Líquida	199.562	190.423	196.298
% Participação sobre a Receita Líquida			
Industrializados	40,61%	36,52%	31,78%
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	59,39%	63,48%	68,22%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua tendo em vista que algumas contas apresentadas nas demonstrações de resultado, tais como despesas administrativas, outras despesas e receitas, despesas e receitas financeiras e imposto de renda e contribuição social, são calculados de forma consolidada. Para informações adicionais acerca

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

do lucro ou prejuízo resultado das operações da Companhia, ver suas demonstrações financeiras, conforme nota explicativa nº 31 – informações por segmento.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a. Características do processo de produção

O processo de produção pode ser caracterizado basicamente em dois.

(i) Relacionado aos contratos de industrialização, onde o processo é verticalizado, abrangendo todas as etapas da cadeia avícola. Desde a criação das aves matrizes, localizadas em granjas próprias, o Incubatório na produção de pintos de um dia, a fabricação de rações para suprir a necessidade alimentar das aves e o frigorífico, onde o abate e a produção são realizados conforme definição do parceiro operacional.

(ii) Para o processo relacionado à produção de produtos com marca própria destinados aos mercados interno e externo, os insumos são adquiridos de terceiros, inclusive daqueles parceiros das operações de industrialização e elaborados em conformidade com as especificações pré-estabelecidas e aprovadas pelos órgãos de controle. Os produtos são na sua grande maioria compostos de carnes e condimentos, embalados conforme destino, se nacional ou externo, e comercializados resfriados ou congelados.

b. Características do processo de distribuição

No mercado interno, as vendas da controlada Companhia Minuano de Alimentos, estão concentradas no Estado do Rio Grande do Sul. No quadro abaixo, segue a representação por região das vendas, em comparação ao total comercializado no Brasil:

	2018	2017	2016
Rio Grande do Sul	82%	88%	94%
Outros Estados	18%	12%	6%
Total	100%	100%	100%

São realizadas por meio da combinação de canais de venda direta e indireta. Venda direta compreende todas as vendas realizadas por meio de representantes comerciais e vendedores próprios. A venda indireta compreende as vendas realizadas por distribuidores nas regiões onde a controlada atua.

Neste contexto, o mix de faturamento da Companhia, relativo a vendas diretas e às vendas a intermediários no mercado interno é a seguinte:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

	2018	2017	2016
Vendas Diretas	53%	50%	48%
Vendas Intermediadas	47%	50%	52%
Total	100%	100%	100%

Produtos Marca Própria - Mercado Externo

As receitas provenientes das operações comerciais realizadas no mercado externo, corresponderam nos anos de 2016, 2017 e 2018 a 19%, 20% e 22%, respectivamente, do faturamento líquido da companhia. Dentre os produtos exportados estão: salsichas, mortadelas, carne mecanicamente separada “CMS” e dorso de frango.

As vendas no mercado externo abrangem mais de uma dezena de países, sendo que se destacam entre os principais destinos, Nigéria, Benin, África do Sul, Armênia, Oriente Médio, Guiana, Cingapura, Cuba, Congo e Gabão dentre outros, através de canais de venda direta e representantes.

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

As operações comerciais são desenvolvidas tanto no mercado interno como no mercado externo através de canais de venda direta e também por intermédio de representantes.

i. Participação em cada um dos mercados

Considerando os volumes atuais praticados pelos grandes “players” aliado ao grande número de outras empresas, inclusive de menor porte (regionalizadas), fica difícil mensurar a participação.

ii. Condições de competição nos mercados

O segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo e pulverizado e conta com a presença de outras companhias tradicionais e líderes de mercado, tais como BRF e JBS, além de companhias regionais com atuação local.

d. Eventual sazonalidade

De modo geral, a demanda pelos produtos da Companhia não está sujeita à sazonalidade.

e. Principais insumos e matérias primas

Os principais insumos e matérias-primas utilizados nos processos de produção própria são entre outros:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Carnes de frangos: utilizadas como matéria-prima no processo de produção de industrializados destinados tanto ao mercado interno como ao mercado externo;

Condimentos e especiarias: utilizadas como matéria-prima no processo de produção de industrializados destinados tanto ao mercado interno como ao mercado externo.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

No ano, a controlada Companhia Minuano de Alimentos não apresentou clientes que representassem mais de 10% de sua receita líquida, nas operações comerciais envolvendo produtos com marca própria, tanto no mercado interno como no mercado externo. Já em relação aos parceiros operacionais nas operações de prestação de serviços a terceiros, destaca-se a receita com prestação de serviço para a empresa BRF – Brasil Foods S/A., com representatividade acima de 10% da receita líquida do emissor.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a abrangente legislação de diversos órgãos, sendo os principais, Fepam, Ministério da Agricultura, Ministério do Trabalho e Emprego. As unidades operacionais operam mediante licenciamentos ambientais nas esferas estaduais ou municipais, conforme medida de porte da unidade, nos locais onde atua. Esses processos são periodicamente revistos e sua validade depende do cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. Paralelo a essas licenças de operação, as unidades da Companhia estão sujeitas ao Sistema de Inspeção Federal, supervisionado pelo Ministério da Agricultura, através do qual mantém constante monitoramento das operações industriais. Além disso, segue regras trabalhistas específicas ao segmento frigorífico, definidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

No desenvolvimento e execução de suas atividades industriais, ao longo de mais de 70 anos de atuação, a Companhia busca adotar as melhores práticas de gestão ambiental, sanitária e trabalhista. A Companhia não assinou nenhum contrato de adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia se utiliza de recursos hídricos provenientes de captação subterrânea, superficial e ainda de abastecimento público por empresa concessionária. A Companhia procura obter outorga de direito de uso dos recursos hídricos captados em seus empreendimentos.

A Companhia utiliza em seus processos produtos controlados pela Polícia Federal, como a amônia para a geração de frio. Para tanto possui as devidas licenças. Com relação aos resíduos, tanto líquidos como sólidos, são destinados adequadamente.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

As marcas mais relevantes da Companhia estão devidamente registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, no segmento de mercado de sua atuação. Além da proteção das marcas no mercado nacional, a companhia busca proteger suas principais marcas em outros países.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Outras informações relacionadas a marcas e patentes, podem ser verificadas na seção 9.1.b deste formulário de referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Com relação ao exercício de 2018, 82% ou R\$ 164.640 mil da receita bruta é proveniente das operações realizadas no país sede do emissor, ou seja, Brasil.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Com relação à receita bruta proveniente dos clientes estrangeiros do emissor, 18% ou R\$ 46.629 milhões são oriundos do exterior, e dentre os principais destinos citamos: Nigéria, Benin, África do Sul, Armênia, Oriente Médio, Guiana, Cingapura, Cuba, Congo e Gabão dentre outros.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

A controlada Companhia Minuano de Alimentos, por efetuar exportações destinadas a países de religião muçulmana, está sujeita à regulação de caráter religioso no tocante a realização de abate seguindo os preceitos da religião islâmica, denominado “abate Halal”. Tal regulação deve ser cumprida uma vez que o descumprimento da mesma inviabiliza a comercialização de seus produtos nos países que exigem tal preceito. Neste sentido a Controlada toma todas as ações necessárias para o cumprimento de tal preceito, evitando prejuízos aos seus negócios.

7.8 - Políticas Socioambientais

A Companhia não mantém acordos com instâncias governamentais nacionais e estrangeiras ou comunidades, políticas de responsabilidade socioambiental, informações sobre práticas de sustentabilidade, patrocínio e incentivo cultural.

A Companhia não possui projeto de Sustentabilidade, razão pela qual não publica Relatório de Sustentabilidade ou documento similar.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

8.1 - Negócios Extraordinários

O emissor tampouco suas controladas, diretas ou indireta, realizaram aquisições ou alienações de ativo relevante que não se enquadrasse como operação normal nos negócios do emissor nos 3 últimos exercícios sociais.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

O emissor e suas controladas diretas e indireta não sofreram alterações significativas na forma de condução de seus negócios nos 3 últimos exercícios sociais.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

O emissor e suas controladas diretas e indireta não celebraram contratos relevantes não diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos 3 últimos exercícios sociais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

A Companhia e suas controladas diretas e indireta não possuem outros bens do ativo não-circulante relevantes além dos listados no item 9.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Abatedouro Frigorífico de Aves - F1	Brasil	RS	Lajeado	Própria
Indústria de Embutidos - F2	Brasil	RS	Arroio do Meio	Própria
Abatedouro Frigorífico de Aves - F3	Brasil	RS	Passo Fundo	Própria
Indústria de Rações - FR	Brasil	RS	Arroio do Meio	Própria
Incubatório - Produção de pintos de um dia	Brasil	RS	Estrela	Própria
Central de beneficiamento de ovos	Brasil	RS	Lajeado	Própria
Abatedouro Frigorífico de Suínos - Abate e industrialização de carnes	Brasil	SC	Armazém	Própria
Industrialização de carnes suínos e aves	Brasil	SC	Jaraguá do Sul	Própria
Granja produção de ovos férteis - Granja Paraíso	Brasil	RS	Estrela	Própria
Granja de recria de aves de postura - Granja Pinhal	Brasil	RS	Bom Retiro do Sul	Própria
Granja produção de ovos comerciais - Granja São Rafael	Brasil	RS	Cruzeiro do Sul	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestíveis, condimentos) - 813.183.880	24/01/2019	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	QUITUTE FRANGO (Carnes, aves e ovos para alimentação) - 819.870.165	14/09/2019	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	RODIZIO (Carnes, aves e ovos para alimentação) - 820.029.165	09/11/2019	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	RODIZIO (Serviços de alimentação) - 820.031.305	16/11/2019	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 009.804	28/08/2020	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 44.231	21/07/2020	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 37.483	16/11/2025	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 57.265	23/11/2024	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUPAR (Seguros, negócios financeiros, negócios monetários, negócios imobiliários) - 900.798.726	14/09/2020	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINUPAR (Propaganda, gestão de negócios, administração de negócios, funções escritório) - 900.798.65	14/09/2020	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (condimentos, especiarias, essências alimentícias) - 812.994.060	02/01/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carnes, aves, ovos, peixes, frutos do mar, frutas, verduras) - 812.994.078	02/01/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Café, chá, cacau, açúcar, arroz, tapioca, sagu, sucedâneos de café, farinhas e prep., etc) - 910.077.8	09/01/2028	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Comércio de alimentos para animais, animais vivos e produtos alimentícios) - 910.078.076	09/01/2028	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Bufê, cafeterias, cantinas, restaurantes, churrascarias) - 910.127.263	09/01/2028	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	FIGURATIVA (Comércio de alimentos para animais, animais vivos e produtos alimentícios) - 905.779.673	09/01/2028	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	FIGURATIVA (Bufê, cafeterias, cantinas, restaurantes, churrascarias) - 905.779.711	Pedido em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Papel, livros, impressos de todos os tipos, pequenos art. Para escritório, etc) - 905.675.622	Pedido em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Roupas e acess. Do vestuário de uso comum e prática de esportes. Art. de viagem) - 905.680.111	Pedido em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Jogos, brinquedos e passatempos. Art. para ginástica, esporte, caça e pesca, etc) - 910.158.835	09/01/2028	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carnes, aves, ovos, gorduras e oleos comestíveis, condimentos) - 813.172.349	22/10/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 10.599	29/11/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU LIGHT (Carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestíveis, condimentos) - 816.627.568	23/11/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Café e ervas para infusão) - 816.627.592	23/11/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 980.012	13/12/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 35.972	19/12/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 1674.631	19/12/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (roupas, acessórios, vestuário comum e esportes, artigos de viagem) - 815.265.140	04/03/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (papel, papelão, livros, álbuns, artigos de escritório, material didático) - 815.746.032	14/07/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU FIG. (Carne, peixes, aves, caça, extr. De carne, frutas, legumes, verduras em conserva, etc) - 905.779.	Pedido em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carne, peixes, aves, caça, extrato de carne, frutas, legumes, verduras em conserva, etc) - 910.077.673	09/01/2028	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (jogos, brinquedos, passatempos, artigos p/ ginástica) - 815.746.040	14/07/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carnes, aves e ovos para alimentação) - 813.183.871	03/11/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Animais vivos, ovos para incubação) - 800.293.517	08/02/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Serviços, importação e exportação) - 816.548.153	05/10/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Serviços de alimentação) - 816.640.157	26/10/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Companhia Minuano de Alimentos	84.430.800/0001-32	-	Controlada	Brasil	RS	Lajeado	Ciração, abate, industrialização de aves e suínos.	99,910000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Companhia Operacional, controlada indireta.								
Sulaves S/A.	93.463.289/0001-66	-	Controlada	Brasil	RS	Lajeado	participações societárias	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	-68.633.038,67		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	3,880000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Holding de controle de companhias operacionais								
Valepar S/A.	93.463.305/0001-10	-	Controlada	Brasil	RS	Lajeado	Participações societárias	99,980000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	-189.394.898,28		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	3,710000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Holding de controle de companhias operacionais								

9.2 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comentários da Minupar Participações S/A. e sua controlada Companhia Minuano de Alimentos, referentes ao exercício de 2018:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2018, com intuito de promover a transparência e a visão realista das condições patrimoniais e financeiras da Companhia, a administração seguiu atuando fortemente na estruturação dos controles internos, políticas institucionais e manuais de procedimentos operacionais, com esse processo ocorreu também um grande avanço em relação a classificação, avaliação e mensuração da dívida tributária da Companhia, o que permitiu demonstrar os valores de forma mais clara e consistente nas Demonstrações Financeiras e notas explicativas.

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para dar continuidade em seus negócios, e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazos junto às instituições financeiras e obrigações tributárias junto ao governo, também acredita que sua operação produz resultado suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

b) Estrutura de capital

Devido ao Patrimônio Líquido Consolidado Negativo, a estrutura capital consolidada da Companhia está composta da seguinte maneira:

	(Montantes expressos em R\$ mil)		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Capital próprio (patrimônio líquido)	(359.992)	(292.963)	(267.600)
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	543.897	464.888	475.752
Capital total (próprio + terceiros)	183.905	171.925	208.152
Parcela de capital próprio	-195,75%	-170,40%	-128,56%
Parcela de capital de terceiros	295,75%	270,40%	228,56%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A necessidade de recursos da Companhia refere-se principalmente a:

- (i) Pagamento dos custos de produção, dentre eles gastos com pessoal, energia elétrica e gastos com manutenção;
- (ii) Pagamento de obrigações, fiscais, trabalhistas e sociais;
- (iii) Pagamento de empréstimos e financiamentos;

As principais fontes de recursos da Companhia são:

- (i) Caixa gerado pelas atividades operacionais; e
- (ii) Empréstimos e financiamentos.

Os Diretores acreditam que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados pelas captações da Companhia serão suficientes para cobrir suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

No quadro a seguir são demonstrados os índices de coberturas dos últimos 3 (três) exercícios sociais:

	<i>(Montantes expressos em R\$ mil)</i>		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
EBITDA ajustado	24.339	12.906	22.301
Resultado Financeiro	76.676	31.417	36.742
Índice de cobertura	0,32	0,41	0,61

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza como fonte de capital de giro os recursos próprios gerados na operação, assim como antecipação de recebíveis vinculados ao contrato de prestação de serviço.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem intenção para realização de fontes de financiamento para capital de giro e para

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

investimentos em ativos não-circulantes que pretenda utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos referentes às demonstrações consolidadas do emissor estão indicados no item seguinte.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos, referentes às demonstrações consolidadas do emissor, junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

Instituição	Encargos	Vcto	Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	99	117 (a)
Banrisul - consórcio	-	-	-	-	40	39
		Circulante	-	-	139	156
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	888	1.056 (a)
Banrisul - Consórcio	-	-	-	-	263	261
		Não circulante	-	-	1.151	1.317

a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O emissor e suas controladas estão impossibilitados em distribuir dividendos devido a existência de dívidas previdenciárias, bem como pela existência de prejuízos acumulados que devem ser absorvidos por lucros futuros. Com relação aos bens imóveis da Controlada Indireta Companhia

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Minuano, os mesmos estão em garantia de processos tributários, o que impedem a alienação dos mesmos.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites de financiamentos do emissor não estão totalmente utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

No ano de 2018 a única alteração significativa que ocorreu nas demonstrações financeiras está relacionada aos débitos fiscais, no montante de R\$ 65.887, as informações relativas a esta alteração estão reportadas na nota explicativa nº 15 – Obrigações Tributárias.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da controlada Companhia Minuano de Alimentos se divide basicamente em 2 segmentos, conforme quadro abaixo:

Valores expressos em milhares de reais

Segmento	2018	2017	2016
Industrializados	85.795	73.131	66.447
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	125.474	127.140	142.635
Total	211.269	200.271	209.082

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Receita Líquida

A Receita Líquida no ano de 2018 aumentou em 5%, quando comparada ao ano de 2017. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 199.562 mil, sendo que no ano de 2017, a receita líquida foi de R\$ 190.423 mil. Este aumento está relacionado ao crescimento das vendas de industrializados de carne.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas durante o exercício de 2018 foram de R\$ 9.378 e para o exercício de 2017 foram de R\$ 8.082, sendo que este aumento de 16% está associado a aumento das vendas de industrializados. No quadro abaixo são demonstradas as relações percentuais das despesas com vendas frente as receitas líquidas dos dois últimos exercícios, indicando a relação de 4,24% em 2017 e 4,70% de participação das despesas com vendas sobre as receitas líquidas.

Valores expressos em milhares de reais

	31/12/2018	31/12/2017
Receita Líquida	199.562	190.423
Despesas com Vendas	9.378	8.082
% Dep. Vendas / Receita Líquida	4,70%	4,24%

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Do ano de 2017 para 2018 não ocorreram significativas variações de receitas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segue demonstração das informações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Receita Bruta	211.269	200.271	209.282
Receita Líquida	199.562	190.423	196.298
Lucro Bruto	44.745	35.800	36.907
Resultado Operacional	9.649	5.217	23.410
Prejuízo Líquido do Exercício	(67.027)	(25.363)	(13.332)
EBITDA Ajustado	24.339	12.906	22.301
Prejuízo por Ação	(9,4403)	(3,5723)	(1,8777)

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não está prevista a ocorrência de eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia são sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

b. Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes não apresentou nenhuma ressalva, porém foram destacadas as ênfases apresentadas as seguir:

“1. Provisão Crédito Prêmio IPI

Conforme detalhado na nota explicativa 7.a, o montante de R\$ 34.369 mil, da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Este processo foi analisado pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório indicando a probabilidade de êxito como “possível”. Considerando a avaliação, a Companhia

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

procedeu o registro da provisão para perda deste crédito, com isso, não afeta a posição patrimonial da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

2. Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento

Conforme divulgado na nota explicativa nº 15, a Companhia e sua controlada indireta, possuem parcelamentos de débitos fiscais parcelados previstos na Medida Provisória 470/2009, Leis 12.996/14 (Refis da Copa) e reabertura do parcelamento da Lei 11.941/09 (Refis da Crise), Lei 13.043/14, Lei 13.496/17 (PERT) esses valores que se encontravam no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os quais possuem saldo remanescente R\$ 42.919 mil consolidado em 31/03/2018. Ressalta-se que conforme descrito na nota explicativa nº 15.1.1 o Parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009 junto a Companhia indireta Companhia Minuano de Alimentos, optou em quitar de forma antecipada conforme benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos no parcelamento e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de homologação por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. A manutenção nos demais parcelamentos requer que os pagamentos sejam feitos respeitando as condições previstas em cada um dos parcelamentos, o não cumprimento das obrigações previstas resulta em uma possível exclusão da Companhia e sua controlada indireta dos parcelamentos tributários os quais implicaria em uma exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas. A liquidação destes parcelamentos depende dos pagamentos a serem realizados nos próximos exercícios nos prazos pactuados, sendo assim, não podemos afirmar neste momento que o saldo líquido apresentado nas demonstrações contábeis será liquidado pelos totais divulgados. Em caso das obrigações assumidas com os órgãos federais, não sejam honradas, as dívidas poderão ser recompostas, acrescidos de juros e multa definidos na obrigação original. Desta forma a regularização da dívida tributária da companhia e sua controla indireta dependerá das medidas que estão sendo desenvolvidas pelos seus Administradores, com intuito de aumentar a geração de caixa, de forma que os parcelamentos sejam honrados nos prazos pactuados e os demais passivos tributários em atraso que totalizam o montante de R\$ 325.771 sejam incluídos em outros parcelamentos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

3. Continuidade operacional

Chamamos a atenção para as informações divulgadas nas notas explicativas nº 01 e para o fato de que a Companhia incorreu em prejuízo consolidado de R\$ 1.691 mil (R\$ 3.456 mil em 31 de março de 2017) e possui passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R\$ 294.358 mil em 31 de março de 2018 (patrimônio líquido negativo de R\$ 292.668 mil em 31 de dezembro 2017), possui endividamento tributário, conforme nota explicativa 15. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa operacional e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014 e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em abril de 2016 a Companhia Minuano de Alimentos renovou, por prazo determinado, o contrato de prestação de serviço de abates de aves que mantém junto à outra empresa do ramo, o qual está em processo de renovação, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuarem operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.”

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem estimativas referentes à:

- 1) Provisões de natureza trabalhista,
- 2) Provisão para contingências,
- 3) Provisão para devedores duvidosos,
- 4) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Declaração de Conformidade

a.1) Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

a.1.2) Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

b) Consolidação

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

b.1) Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

b.2) Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

c) Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

d) Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

e) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

f) Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

g) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

h) Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

j) Investimentos

j.1) Participações Societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

j.2) Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras cíveis para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 8,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

k) Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente. Com relação ao exercício de 2015, a administração avaliou os cenários da Companhia e de suas controladas constatando que os seus ativos imobilizados mantiveram-se gerando caixa linearmente, não ocorrendo durante o exercício nenhuma oscilação significativa em seu parque fabril que pudesse elevar ou minorar a estimativa de vida útil de seus bens com relação ao exercício anterior, motivo pelo qual a administração optou em manter os mesmos prazos de vida úteis já praticados.

l) Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

m) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Empréstimos e Financiamentos

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

o) Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

p) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM nº 564/08.

q) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação. Em 2015, conforme determina a Deliberação CVM nº 599/09, a controlada Indireta não efetuou registro dos tributos diferidos, visto que a administração da controlada julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na Parte “B” dos Livros Fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

r) Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

s) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

t) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

u) Demonstração do Valor Adicionado – DVA

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items).

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2018 os investimentos realizados, pela controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos totalizaram R\$ 5.750 mil (R\$ 5.415 mil em 2017). Os investimentos foram voltados a modernização e melhorias nos processos industriais das unidades fabris da Controlada.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza, além de recursos próprios, parcelamento diretamente com seus fornecedores.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes, bem como previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano a Companhia não efetuou aquisições individuais que influenciam materialmente sua capacidade produtiva, as aquisições fazem parte de um conjunto de ações que visam a maximização da produção.

c. Novos produtos e serviços:

Durante o ano ocorreu produção de novos produtos.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante no desempenho operacional foram comentados nos itens anteriores.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Considerando que a Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras, nada há para informar neste item.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno.

De acordo com seu Estatuto Social, elaborado conforme a Lei 6.404/76, o Emissor é administrado por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

A gestão do Emissor está estruturada de forma que o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária atuem com forte visão estratégica e colegiada, apoiados por diretorias executivas que são responsáveis pela gestão das diversas áreas das controladas diretas e indireta, responsáveis pelo cumprimento das diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária.

a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração

Conselho de Administração:

As atribuições do Conselho de Administração, segundo o Estatuto Social da Companhia, são:

- (a) Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;
- (b) Aprovar planos de desenvolvimento, bem como os investimentos necessários a sua execução;
- (c) Aprovar orçamentos anuais e plurianuais de operações e/ou de investimentos;
- (d) Acompanhar em caráter permanente o desenvolvimento e desempenho da sociedade;
- (e) Estabelecer a estrutura administrativa da sociedade e aprovar o seu Regimento Interno;
- (f) Eleger e destituir Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições respectivas;
- (g) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- (h) Fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, a remuneração dos administradores quando votada em verba global, bem como a participação de empregados;
- (i) Estabelecer planos previdenciários e benefícios para os empregados e administradores da companhia;
- (j) Convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nos casos previstos em lei ou

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

quando julgar conveniente;

(k) Manifestar-se sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;

(l) Deliberar “ad referendum” da Assembléia Geral, sobre os pagamentos de dividendos, inclusive intermediários;

(m) Manifestar-se sobre o encaminhamento a Assembléia Geral de qualquer proposta de iniciativa da Diretoria, inclusive de aumento de capital, destinação de lucros e alterações estatutárias, sempre que julgar conveniente;

(n) Autorizar a criação e extinção de quaisquer estabelecimentos da Companhia, destacado o capital necessário;

(o) Escolher e destituir os Auditores Independentes;

p) Autorizar a aquisição de ações de emissão da companhia para efeito de cancelamento ou de permanência em tesouraria e posteriormente aliená-las;

(q) Manifestar-se sobre quaisquer atos ou contratos que a diretoria submeter a sua aprovação;

(r) Autorizar o aumento de capital previsto no Artigo 6º;

(s) Avocar para sua decisão qualquer assunto que julgar importante a orientação dos negócios da companhia, respeitada a competência da Assembleia Geral;

(t) Autorizar a constituição, fusão, incorporação, cisão e extinção de sociedade coligada ou controlada;

(u) Autorizar a celebração de acordos, atos ou contratos entre a companhia e seus acionistas e pessoas ligadas;

(v) Autorizar a companhia a participar em outras sociedades, bem como alienar ou prometer alienar participações societárias;

(w) Autorizar operações envolvendo alienação, oneração, licenças ou uso de marcas, patentes e tecnologia;

(x) Autorizar a alienação de bens de ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, bem como atos e contratos, sempre que o valor, em quaisquer dos atos enumerados nesta alínea, exceda os limites eventualmente fixados pelo próprio Conselho na

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

reunião que anualmente eleger a Diretoria;

(y) Deliberar sobre os casos omissos bem como sobre quaisquer outras matérias previstas neste Estatuto.

O Conselho de Administração não possui outros comitês instalados, assim como não há regimento interno próprio, contudo informa que a Companhia e suas controladas tem como prática não contratar os auditores independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse, mas não há política específica estabelecida sobre a forma de contratação.

Diretoria

Compete aos Diretores, na forma prevista no Estatuto Social, a representação da Companhia, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar atos e contratos de qualquer natureza ou finalidade, mesmo para aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente, constituir ônus reais e prestar garantias e obrigações a terceiros.

Conselho Fiscal

A Companhia não possui Conselho Fiscal permanente, sendo que o Estatuto prevê sua instalação para funcionamento nos exercícios em que houver solicitação dos acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto, na forma da lei.

Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que lhes fixará a remuneração, obedecido o mínimo legal.

Os membros do Conselho Fiscal, pessoas físicas, acionistas ou não, residentes no país, que atendam aos requisitos e impedimentos previstos na lei, terão a competência nela disciplinada.

Outros Comitês:

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Companhia não possui outros comitês instalados.

b) membros da diretoria estatutária

Compete aos Diretores, na forma prevista neste Estatuto, a representação da Companhia, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar atos e contratos de qualquer natureza ou finalidade, mesmo para aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente, constituir ônus reais e prestar garantias e obrigações a terceiros, observados os preceitos e limites do Artigo 22 do Estatuto Social.

A Diretoria será composta de 2 (dois) Diretores, no mínimo, e de 9 (nove) no máximo, sendo um Diretor Presidente e os demais com a designação de Diretor, todos residentes no país da sede, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Ao Diretor Presidente compete: Convocar e presidir as reuniões de Diretoria e submeter ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras previstas em lei e balancetes, bem como toda e qualquer matéria que depender de sua apreciação ou deliberação; e aos Diretores sem designação: a prática dos atos e a gestão das áreas fixadas pelo Conselho de Administração ou constantes do Regimento Interno, quando aprovado.

Com as exceções previstas no Estatuto Social, qualquer ato ou contrato que implique em responsabilidade ou obrigação por parte da companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados por 02 (dois) Diretores ou por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador.

A Companhia poderá ser representada por 01 (um) Diretor:

- (a) Perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;
- (b) Quando se tratar de receber ou dar quitações de importâncias ou valores devidos à companhia;
- (c) Firmar correspondência e atos de simples rotina;
- (d) Endossar títulos para efeitos de cobrança ou depósito em nome da companhia;
- (e) Para prestar depoimento em juízo, por intermédio do Diretor Presidente ou outro Diretor designado

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

pelo Conselho de Administração para tal fim, sempre que a Companhia for regularmente citada, sem poder confessar;

O Estatuto Social não impede a representação da Companhia por um ou mais procuradores, desde que as procurações sejam sempre outorgadas em nome da companhia por 02 (dois) Diretores, especificando os poderes conferidos e os limites de competência, devendo ter prazo determinado de validade, exceto para fins judiciais.

Ao Diretor de Relação com Investidores compete a representação da Companhia perante os órgãos reguladores, bem como perante as demais instituições do mercado de capitais, fazendo cumprir a legislação aplicável.

c) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

A Companhia somente instalará Conselho Fiscal por solicitação de acionista ou exigência legal, conforme o Estatuto Social.

d) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não há mecanismos de avaliação de desempenho formalizados.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a) prazos de convocação

As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Companhia são convocadas pelo Conselho de Administração, nos termos da Lei 6.404/76, mediante 3 (três) publicações do Edital no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul da sede da empresa e no jornal de grande circulação local, O Informativo, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para a primeira convocação, e de 8 (oito) dias, para a última convocação. Salvo disposição da CVM em casos excepcionais.

b) competências

Compete à assembleia geral da Companhia deliberar sobre todos os assuntos previstos na Lei 6.404/76 e determinações específicas demandadas pela CVM.

c) endereços nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às assembleias gerais estarão disponíveis na sede da Companhia, localizada na Av. Senador Alberto Pasqualini, nº 1535, bairro São Cristóvão, Lajeado (RS); assim como, nos endereços eletrônicos da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br; e da B3, www.b3.com.br.

d) identificação e administração de conflitos de interesses

Não há um procedimento específico adotado pela Companhia, seguindo-se as disposições legais e instruções da CVM aplicáveis.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Será aceita representação de acionistas por meio de procuração, conforme legislação vigente aplicável.

f) formalidades para aceitação de procurações outorgadas por acionistas

Quando o acionista se fizer representar por procurador, este deve estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos. Sendo que as procurações deverão ser depositadas na Companhia, de forma física, com prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da assembleia, sempre que exigido no edital de convocação, conforme permite o art. 17 do Estatuto Social da Companhia.

As procurações deverão ter o reconhecimento de firma do outorgante e seus textos devem estar de

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

acordo com a Lei 6.404/76 e com o Código Civil Brasileiro. A regularidade da procuração deverá ser examinada antes do início das assembleias.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância

A Companhia segue as Instruções da CVM Quanto ao voto à distância, sendo aceitos os boletins que forem encaminhados diretamente a Companhia, de forma física para a sede da empresa com até 7 (sete) dias antes da assembleia, sendo que estes poderão ser adiantados por meio eletrônico.

O boletim, devidamente preenchido, deve ser encaminhado ao endereço da Companhia aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, acompanhado de cópia autenticada dos documentos de identificação pertinentes (pessoa física e/ou jurídica) e comprovante da posição acionária atualizado. A Companhia comunicará o recebimento e aceitação por meio do endereço eletrônico informado no boletim em até 3 (três) dias.

Aos acionistas titulares de ações depositadas no escriturador Itaú Corretora de Valores S.A., existe a possibilidade de participação encaminhando o boletim por meio do sistema disponibilizado pelo escriturador das ações de emissão da Companhia no endereço: <https://www.italu.com.br/securitiesservices/assembleia-digital/>.

h) disponibilização sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A companhia não disponibiliza sistema eletrônico para o recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância nas assembleias.

i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Para inclusão de propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância, os acionistas devem fornecer ao Departamento de Relação com Investidores todas as informações e documentos necessários para que o diretor responsável cumpra as disposições da instrução CVM 481.

Os documentos pertinentes deverão ser encaminhados à sede da empresa ou ao endereço eletrônico, com antecedência de 25 (vinte e cinco) dias da Assembleia Geral.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

j) disponibilização de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

No intuito de proteger seus acionistas, principalmente os minoritários, a Companhia disponibiliza o seu correio eletrônico (dri@minupar.com.br) para compartilhamento de comentários por parte dos acionistas.

k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Todas informações foram devidamente divulgadas nos tópicos acima.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a) frequência das reuniões

Segundo definido no art. 21 do Estatuto Social o Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu presidente ou por qualquer um dos Conselheiros. No último exercício ocorreram cinco reuniões ordinárias.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não existem disposições que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não há regras estabelecidas de identificação e administração de conflitos de interesses.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Não existe cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e essa Companhia por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Margareth Schacht Herrmann	09/08/1983	Pertence apenas à Diretoria	03/05/2019	1 ano	3
002.407.460-82	Química Industrial	10 - Diretor Presidente / Superintendente	03/05/2019	Não	0.00%
Diretora Presidente na Companhia Minuano de Alimentos					
Samuel Heydt	18/08/1987	Pertence apenas à Diretoria	03/05/2019	1 ano	3
012.450.210-52	Administrador	12 - Diretor de Relações com Investidores	03/05/2019	Não	0.00%
Coordenador o Setor de RH da Companhia Minuano de Alimentos					
Chao En Ming	04/05/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/05/2019	1 ano	8
019.210.358-03	Médico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/05/2019	Sim	100.00%
Nenhum					
Cynthia Christina da Silva Vello	11/06/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/05/2019	1 ano	6
104.434.508-03	Administradora	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/05/2019	Sim	100.00%
Diretora na Companhia Minuano de Alimentos					
Wellinton Balderrama dos Reis	25/04/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/05/2019	1 ano	6
644.330.058-00	Advogado	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	03/05/2019	Sim	100.00%
Antonio Carlos Rago Cano	09/03/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/05/2019	1 ano	5
087.769.278-57	Corretor de Valores	20 - Presidente do Conselho de Administração	03/05/2019	Sim	100.00%
Experiência profissional / Critérios de Independência					

Margareth Schacht Herrmann - 002.407.460-82	
Graduada em Química Industrial de Alimentos pela UNIJUI / UERGS em 2006, Pós graduanda MBA em Administração em Agronegócios e Biotecnologia - UNINTER. Atua há 13 anos no ramo de frigoríficos, nas Áreas de Qualidade, Excelência Industrial e Administração. Já atuou em empresas como Senfter, BRF, Marfrig e JBS. De abril de 2016 até os dias atuais é Diretora Presidente da Companhia Minuano de Alimentos.	
Samuel Heydt - 012.450.210-52	
Formado em Administração pela Univates, contratado pela Companhia Minuano de Alimentos para Coordenar o Setor de RH e Diretor de Relação com Investidores da Minupar S/A.	
Chao En Ming - 019.210.358-03	
Graduado em medicina pela Faculdade de Medicina de Taubaté; Curso de Especialização - Residência Médica, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, São Paulo; Titulado em Terapia Intensiva. Experiência profissional atuando em diversos hospitais; Diretor Administrativo-financeiro de Solidez Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários, desde 1992. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Minupar Participações S/A.	
Cynthia Christina da Silva Vello - 104.434.508-03	
Formação em Administração de Empresas. Experiência profissional em corretora de valores nas áreas de Tesouraria, Custódia, Mesa de Operações - Mercado Bovespa e Compliance. Sólidos conhecimentos em Mercado Financeiro e Gestão de Projetos. Experiência com Gestão de Pessoas. Certificação PQO Compliance – Back-office. Experiência Profissional: Solidez CCTVM Ltda. Atualmente é diretora da sociedade controlada Companhia Minuano de Alimentos.	
Wellinton Balderrama dos Reis - 644.330.058-00	
Bacharel em Direito - Faculdades Integradas de Guarulhos – Conclusão: 2001; Experiência profissional: 11.11.1969 – Novação Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda. – Auxiliar; abril/1983 – Novação Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S/A - Diretor; Novembro/1995 – Isoldi S/A Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários. Departamento de Operações; 07/2005 – Balderrama, Perez Advogados – Especialização em Mercado de Capitais. Cursos de aperfeiçoamento em: Mercado de Capitais – CITEC - BOVESPA; Análises de Balanço – CITEC - BOVESPA; Matemática Financeira – Mercado de Derivativos – Técnicas de Negociação – Agente Autônomo de Investimentos. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Minupar Participações S/A.	
Antonio Carlos Rago Cano - 087.769.278-57	
Novinvest S/A. Corretora de Valores Mobiliários - Auxiliar de Pregão Bovespa; Fonte S/A. Corretora de Câmbio e Valores - Auxiliar de Pregão Bovespa; Escritório Levy Corretora de Valores Mobiliários Ltda. – Operador Mercado de Ações e Futuros Sênior; Corretora de Câmbio, Valores e Futuros Ltda. - Operador Sênior Mercado de Ações e Futuros; Lloyds Bank Multiplic S/A. – Gerente de Operações Sênior - Mercado de Ações e Futuros; Multistock Corretora de Câmbio e Valores S/A - Gerente de Operações Sênior Mercado Futuros BM&F; Banco Indusval Multistock S/A. - Assessor Comercial; e BKL Corretora de Mercadorias S/A. – Gerente Sênior de Operações - Mercado Futuros BM&F. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Minupar Participações S/A.	
Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Margareth Schacht Herrmann - 002.407.460-82	
N/A	
Samuel Heydt - 012.450.210-52	
N/A	
Chao En Ming - 019.210.358-03	
N/A	
Cynthia Christina da Silva Vello - 104.434.508-03	
N/A	
Wellinton Balderrama dos Reis - 644.330.058-00	
N/A	
Antonio Carlos Rago Cano - 087.769.278-57	
N/A	

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não mantém comitês estruturados.

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Chao En Ming	019.210.358-03	Minupar Participações S/A	90.076.886/0001-40	Marido ou Esposa (1º grau por afinidade)
Membro do Conselho de Administração e do grupo controlador.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Livia Toschie Suguita Chao	076.434.648-20	Serra do Roncador Participações Ltda.	11.277.211/0001-92	
Membro do grupo controlador e quotista na controladora.				
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Chao En Ming	019.210.358-03	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Serra do Roncador Participações Ltda.	11.277.211/0001-92		
Quotista no Controlador			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Não há disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício das funções da Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a) objetivos da política ou prática de remuneração

As práticas de remuneração dos administradores alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

b) composição da remuneração

A remuneração paga aos administradores segue valores de mercado e os limites globais estabelecidos na Assembleia Geral Ordinária, conforme a Lei 6.404/76. A Companhia não tem por prática efetuar pagamento de remuneração variável.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há indicadores de desempenho estabelecidos para determinar elementos da remuneração.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Sendo a remuneração fixa, sem benefícios adicionais, a mesma acompanha a evolução do mercado levando em consideração o mercado onde a Companhia encontra-se inserida.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração alinha-se diretamente aos resultados da companhia e evolução do mercado.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração dos administradores é suportada pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	100.946,00	76.773,00		177.719,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	100.946,00	76.773,00		177.719,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	100.946,00	76.773,00		177.719,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	100.946,00	76.773,00		177.719,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00		10,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	109.076,64	48.200,00		157.276,64
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	109.076,64	48.200,00		157.276,64

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	132.777,08	38.020,67		170.797,75
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação				
Total da remuneração	132.777,08	38.020,67		170.797,75

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

A Companhia não reconheceu valores de remuneração variável para membros do Conselho de Administração e da Diretoria, nos três últimos exercícios sociais.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

A Companhia não apresenta prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

A Companhia não tem remuneração baseada em ações, para membros do Conselho de Administração e da Diretoria, reconhecida no resultado nos três últimos exercícios sociais.

13.6 - Opções em Aberto

Os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária não possuem opções em aberto a ser informada.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária não possuem opções e/ou ações vinculadas a remuneração.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

O emissor não possui situações divulgadas nos itens relacionados.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

A quantidade de ações direta ou indiretamente detidas, no Brasil, emitidos pelo emissor, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, estão indicadas abaixo:

Empresa	Conselho de Administração	Diretoria
	ON	ON
Minupar Participações S/A.	2.442.247	-

Todas as informações foram atualizadas com base em 31.12.2018

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

A Companhia não tem planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	3,00	3,00	2,00	4,00	4,00	6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	2,00	4,00	4,00	6,00
Valor da maior remuneração(Reais)	26.343,00	26.000,00	20.887,34	26.221,00	25.933,56	23.402,04
Valor da menor remuneração(Reais)	24.086,00	2.466,67	17.133,33	23.208,00	7.734,24	16.564,16
Valor médio da remuneração(Reais)	25.591,00	12.050,00	19.010,33	25.237,25	18.179,44	22.159,51

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Devido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Órgão	2016	2017	2018
Conselho de Administração	15%	23%	23%
Conselho Fiscal	-%	-%	-%
Diretoria Executiva	-%	-%	-%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Nos três últimos exercícios, não foram reconhecidos valores no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Nos últimos três exercícios, não foram reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Nos três últimos exercícios o emissor não manteve funcionários.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não ocorreram alterações com relação ao divulgado no item anterior.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Considerando que o emissor não tem quadro de funcionários, não há políticas de remuneração definidas.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

Considerando que o emissor não tem quadro de funcionários não há relacionamento com sindicatos.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Maria Clara Ribeiro Morales						
352.809.958-51	SP	Sim	Não	09/06/2016		
Não						
18.000	0,253%	0	0,000%	18.000	0,253%	
Maria Antonia Ribeiro Morales						
352.809.948-80	SP	Sim	Não	09/06/2016		
Não						
18.000	0,253%	0	0,000%	18.000	0,253%	
Ana Cristina Ribeiro Morales						
087.327.908-56	SP	Sim	Não	09/06/2016		
Não						
55.000	0,774%	0	0,000%	55.000	0,774%	
J.O.M. Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda.						
68.919.034/0001-18	SP	Sim	Não	21/06/2019		
Não						
225.000	3,168%	0	0,000%	225.000	3,168%	
Novinvest CVM Ltda.						
43.060.029/0001-71	SP	Sim	Não	05/06/2019		
Não						
191.000	2,690%	0	0,000%	191.000	2,690%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Maria Beatriz Ribeiro Morales						
407.079.238-40	SP	Sim	Não	09/06/2016		
Não						
18.000	0,253%	0	0,000%	18.000	0,253%	
Serra do Roncador Participações Ltda.						
11.277.211/0001-92	SP	Sim	Sim	06/10/2016		
Não						
1.719.479	24,217%	0	0,000%	1.719.479	24,217%	
ZZL Participações S.A.						
11.743.875/0001-08	SP	Sim	Sim	23/10/2019		
Não						
1.680.538	23,669%	0	0,000%	1.680.538	23,669%	
Chao En Ming						
019.210.358-03	SP	Sim	Sim	23/10/2019		
Não						
17.500	0,246%	0	0,000%	17.500	0,246%	
Helenice Honorio Morales						
166.263.738-11	SP	Sim	Não	25/10/2019		
Não						
91.000	1,282%	0	0,000%	91.000	1,282%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
José Oswaldo Morales Júnior					
066.016.438-82	SP	Sim	Não	25/10/2019	
Não					
406.000	5,718%	0	0,000%	406.000	5,718%
Livia Toschie Suguita Chao					
076.434.648-20	SP	Sim	Sim	05/10/2016	
Não					
295.500	4,161%	0	0,000%	295.500	4,161%
OUTROS					
2.365.083	33,316%	0	0,000%	2.365.083	33,316%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
7.100.100	100,000%	0	0,000%	7.100.100	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

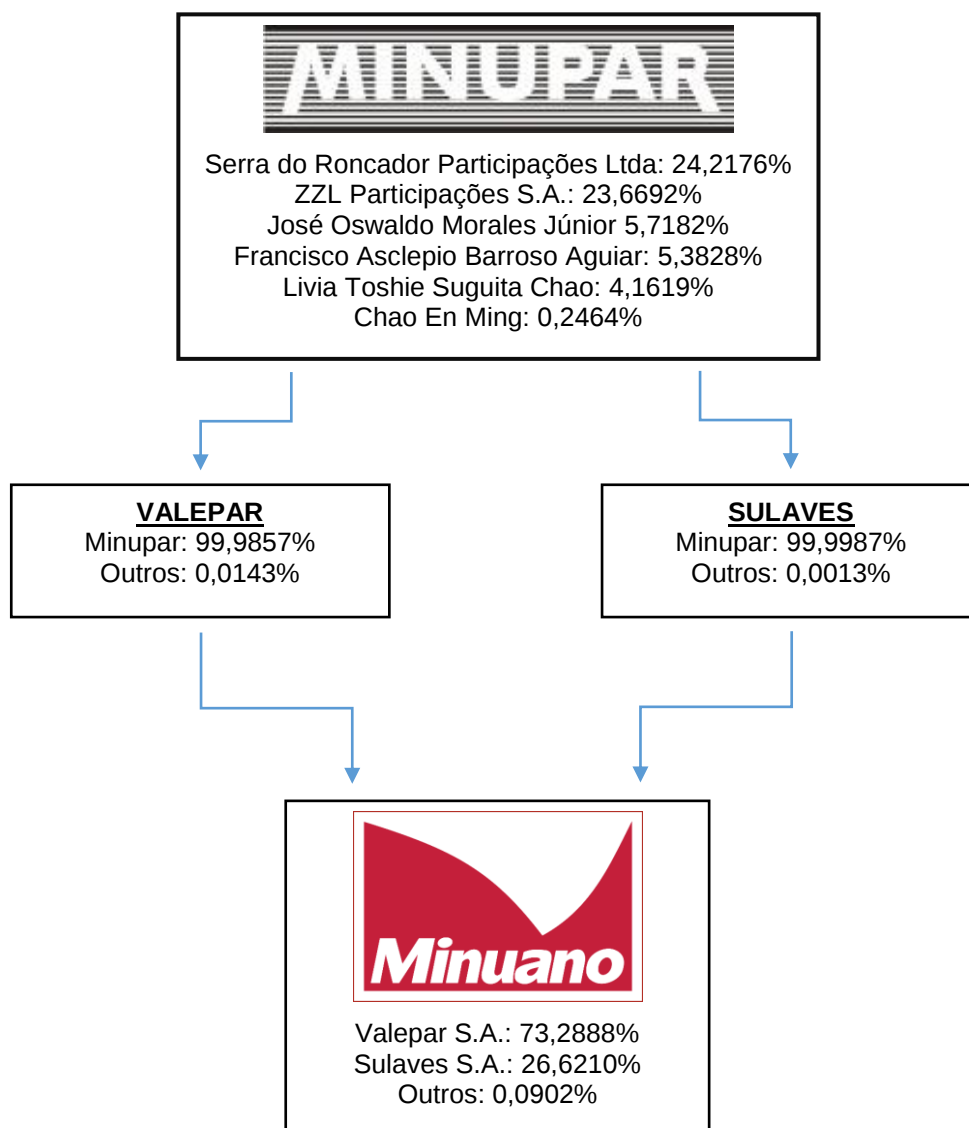
15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	03/05/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1.079
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	47
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	3.387.083	47,705%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	3.387.083	47,705%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico**ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO DO GRUPO MINUPAR**

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Não há acordo de acionistas.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Acionista	2016		2017		2018	
Serra do Roncador Participações Ltda	1719479	24,2177%	1719479	24,2177%	1719479	24,2177%
Chao En Ming	703867	9,9135%	703867	9,9135%	722667	10,1783%
Chao En Hung	350570	4,9375%	350570	4,9375%	0	0,0000%
Livia Toshie Suguita Chao	295500	4,1619%	295500	4,1619%	298800	4,1619%
Andre Chao Vasconcellos	233727	3,2919%	233727	3,2919%	0	0,0000%
Patricia Chao Vasconcellos	53209	0,7494%	53209	0,7494%	0	0,0000%
ZZL Participações S.A.	337865	4,7586%	337865	4,7586%	975371	24,2177%
Welinton Balderrama dos Reis	100	0,0014%	100	0,0014%	100	0,0014%
Cynthia Christina Da Silva Vello	1	0,0000%	1	0,0000%	1	0,0000%

Utilizada como base a data de encerramento de cada exercício social.

15.7 - Principais Operações Societárias

Não ocorreram operações societárias com efeito relevante para o emissor nos últimos três exercícios sociais.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia não possui regra ou política formal sobre partes relacionadas, seguindo, entretanto, as normas e legislação aplicáveis sobre o assunto. A realização pela Companhia de operações e negócios com partes relacionadas é amparada por análises prévias de suas condições, visando sempre o melhor interesse da Companhia. Dessa forma, nas transações efetuadas com partes relacionadas, sempre baseadas no objeto de cada transação, são analisados preços, condições e práticas usualmente de mercado visando não gerar qualquer benefício ou prejuízo que não sejam decorrentes de condições normais de mercado a qualquer uma das partes.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	22/03/2012	1.364.850,00	R\$ 9.193.833 em 31/12/2018	Não é possível alferir	Indeterminado	SIM	2,340000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Mútuo - Passivo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Pagamento de obrigações.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Serra do Roncador Participações Ltda.	31/05/2012	32.958.522,00	R\$ 23.778.850 em 31/12/2018	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Mútuo - Passivo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Pagamento de obrigações. Taxa de remuneração 1% a.m. + Selic mensal.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas à alta Administração da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Os administradores da Companhia, por sua vez, ao deliberarem acerca da celebração de um contrato entre partes relacionadas estão munidos de opiniões e pareceres técnicos que suportam que determinada operação comercial/financeira celebrada com partes relacionadas, é a melhor opção para a Companhia.

É vedado a qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração votar em deliberação acerca da matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações entre as partes relacionadas são realizadas em condições semelhantes às aquelas praticadas no mercado, vigentes à época de cada transação.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
03/06/2016	0,00		1.500.000.000	0	1.500.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não apresentou aumento de capital nos últimos três exercícios.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
03/06/2016	710.010.000	0	710.010.000	7.100.100	0	7.100.100

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não apresentou redução de capital nos últimos três exercícios.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	O Estatuto Social assegura a distribuição de 25%, no mínimo, do lucro líquido aos acionistas como dividendo obrigatório.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Na forma da Lei.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A alteração dos direitos assegurados pelo estatuto social dependerão de reforma estatutária, a ser deliberadas em Assembleia Geral Extraordinária.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Não há regras estatutárias que limitam o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Não há exceções e cláusulas suspensivas nos estatutos relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social 31/12/2018										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.859.997	3,20	2,40	R\$ por Unidade	2,80
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.957.167	3,00	2,40	R\$ por Unidade	2,70
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	720.097	2,82	2,01	R\$ por Unidade	2,42
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	766.522	2,78	2,20	R\$ por Unidade	2,49
Exercício social 31/12/2017										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	934.226	4,09	2,85	R\$ por Unidade	3,47
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.055.416	3,08	2,45	R\$ por Unidade	2,77
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.748.380	3,39	2,55	R\$ por Unidade	2,97
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.953.007	3,09	2,50	R\$ por Unidade	2,80
Exercício social 31/12/2016										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	750.076	0,06	0,03	R\$ por Unidade	0,05
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.466.327	0,08	0,03	R\$ por Unidade	0,06
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.129.737	5,10	3,00	R\$ por Unidade	4,05
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	792.417	3,65	2,68	R\$ por Unidade	3,17

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

Os valores mobiliários de emissão da Companhia são admitidos à negociação na B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão, em São Paulo.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A emissora não apresenta negociação de ações em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A emissora não tem títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Nos três últimos exercícios não ocorreram ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Nos três últimos exercícios o emissor não efetuou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Nos três últimos exercícios não ocorreram ofertas públicas de aquisição pela Companhia, de ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não tem plano de recompra das ações.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não adotou política de negociação de valores mobiliários.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Companhia tem como propósito elevados padrões de conduta e transparência, a serem compulsoriamente observados por todos os administradores, pessoas a eles vinculadas e relacionadas em virtude de seu cargo, função ou posição na controladora, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia, a fim de adequar a política interna da Companhia aos princípios de transparência e boas práticas de conduta no uso e na divulgação de informações relevantes.

Princípios da comunicação corporativa

Ética - Todas as pessoas vinculadas à Companhia deverão pautar a sua conduta em conformidade com os valores de boa-fé, lealdade e veracidade.

Acesso à Informação – É essencial que a Companhia garanta a disponibilidade de informações relevantes com regularidade e qualidade.

Igualdade de Tratamento - A informação transparente, precisa e oportuna constitui o principal instrumento à disposição do público investidor e, especialmente, dos acionistas e investidores da Companhia, para que lhes seja assegurado o indispensável tratamento equitativo. O relacionamento da Companhia com os participantes e com os formadores de opinião no mercado de valores mobiliários dar-se-á de modo uniforme e transparente. O fluxo de informações será contínuo, mesmo em situações de crise.

Transparência – As informações disponibilizadas ao público investidor devem pautar-se pela transparência, ou seja, devem refletir fielmente as operações e a situação econômico-financeira da companhia, bem como, toda divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou qualquer outra divulgação de informação, deverá observar o disposto na legislação em vigor.

Liberdade de Decisão – As decisões de investimento (venda, compra ou permanência) são atos exclusivos de cada investidor, bem como a busca pelos melhores retornos que se devem pautar pela análise e pela interpretação da informação divulgada ao mercado.

Práticas de divulgação de resultados da Companhia

A Companhia utiliza para comunicação com o público investidor as práticas abaixo:

Relatórios Obrigatórios

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Os relatórios obrigatórios são encaminhados pela Companhia na forma e prazo estipulados em lei e na regulamentação aplicável, simultaneamente à CVM, BM&BOVESPA e site da Companhia

Informativos

(i) Notas de atos ou fatos relevantes e avisos são publicados em jornais de grande circulação na sede da Companhia e no local onde a Companhia tem negociadas as suas ações.

(ii) Editais de convocação de assembleias gerais, são publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e jornais de grande circulação na sede da Companhia e no local onde a Companhia tem negociadas as suas ações.

(iii) As demonstrações contábeis, atas de assembleias e atas de reuniões de Conselho de Administração são publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e em jornais de grande circulação na sede da Companhia.

Qualquer divulgação de informativos deve levar em consideração as disposições aplicáveis aos relatórios obrigatórios descritos acima.

Site da Companhia

O site da Companhia é um importante veículo de comunicação da Companhia com o público em geral e, em especial, com seu mercado de capitais, o qual deve conter a totalidade das informações relevantes com regularidade, qualidade e equidade. Deve ser mantido continuamente atualizado e conter, minimamente: a totalidade das informações da Companhia enviadas para a CVM.

Rumores

Salvo deliberação da diretoria, a Companhia não se manifestará sobre rumores ou especulações existentes no mercado a seu respeito.

Feedback à Administração

É responsabilidade da área de Relações com Investidores manter a administração da Companhia informada sobre a percepção do mercado em relação aos resultados, estratégias e perspectivas da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Informação relevante consiste em qualquer decisão dos acionistas controladores, deliberação de Assembléia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários. É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e BM&FBOVESPA, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, inclusive por meio de anúncio publicado em jornal de grande circulação. Em circunstâncias especiais, poderá submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando os administradores entenderem que a divulgação pode colocar em risco interesse legítimo da companhia.

Procedimentos internos para informar e divulgar ato ou fato relevante da Companhia

Todas as informações sobre ato ou fato relevante da Companhia serão consubstanciadas em um documento elaborado pelo Diretor de Relações com Investidores (o “Documento de Divulgação”), o qual poderá solicitar a participação dos Diretores da Companhia, envolvidos ou não no ato ou fato que deu origem ao ato ou fato relevante.

Uma vez elaborado, o documento de divulgação será encaminhado pelo Diretor de Relações com Investidores para a sua publicidade no mercado de valores mobiliários.

Os acionistas controladores, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários e executivos com acesso a informação relevante ou qualquer dos integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia observarão os critérios que versam sobre a disponibilização de informações privilegiadas, bem como o seu uso na negociação dos valores mobiliários.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações ao mercado, assessorado pelos demais Diretores da Companhia.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.